



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Fundamentos.

SERVIÇO SOCIAL, CONSERVADORISMO E BOLSONARO? DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Juliana Nunes Pereira¹
Doniêgo Ferreira de Lima²

Resumo: Este artigo de cunho bibliográfico analisa as influências do pensamento conservador, o assimilar deste pelo Serviço Social, e como o contexto histórico atual demanda-nos o reafirma desta ruptura e o compromisso com a teoria social crítica, conquistados com o amadurecimento intelectual. Destacamos o conservadorismo enquanto estratégia de manutenção da hegemonia do capital, focando nos governos neoliberais, sobretudo a partir do golpe de 2016 e os desafios impostos ao serviço social brasileiro.

Palavras-chave: Conservadorismo. Neoliberalismo. Serviço Social. Projeto ético-político.

Abstract: This bibliographical article analyzes the influences of conservative thinking, its assimilation by Social Service, and how the current historical context demands us to reaffirm this rupture and commitment to critical social theory, conquered with intellectual maturation. We emphasize conservatism as a strategy to maintain capital hegemony, focusing on neoliberal governments, especially since the coup of 2016 and the challenges imposed on the Brazilian social service.

Keywords: Conservatism. Neoliberalism. Social service. Ethical-political Project.

INTRODUÇÃO

Instigados pelos desafios que vivemos no cenário contemporâneo brasileiro, especialmente em relação à instauração de práticas e ideologias conservadoras, que permeiam todo tecido das relações sociais sob o comando do sistema capitalista, para garantir os seus interesses de classe e reafirmar a condição de dependência dos países periféricos, o presente texto desenvolve uma análise sobre a aproximação histórica do Serviço Social com o pensamento conservador, evidenciando as matizes teórico-ideológicas, bem como os métodos que fundamentaram a prática dos/as Assistentes Sociais desde o período de emergência da profissão até seu desenvolvimento no interior da sociabilidade vigente.

Nessa linha de análise, situamos o Serviço Social como produto direto da realidade social, influenciado pelo desenvolvimento de ações religiosas e de instituições estatais, em consonância com a necessidade de atender também os interesses da ordem monopólica. Partindo da perspectiva de reconstrução do trajeto da profissão nos moldes do capital,

¹ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Estadual da Paraíba, E-mail: julianaaspereira@gmail.com.

² Estudante de Pós-Graduação, Universidade Estadual da Paraíba, E-mail: julianaaspereira@gmail.com.

sinalizamos também a relação entre o Serviço Social e a tradição marxista, responsável por impulsionar o avanço de pesquisas críticas e propositivas acerca do movimento da realidade concreta, bem como a afirmação das representações político-formal da categoria, como o Código de Ética, a Lei que regulamente a profissão e as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisas em Serviço Social (ABEPSS).

As condições que abarcam o lastro histórico das metamorfoses no campo do Serviço Social nos colocam diante da necessidade de refletir sobre as incidências de “teorias” neoconservadoras, como a pós-modernidade, na formação e no desdobrar da ação profissional de Assistentes Sociais, mas também de nos debruçarmos sobre os aspectos mais desastrosos que marcam a política nacional, em especial a partir da consolidação do golpe de Estado, realizado em 2016, e a posterior eleição de um governo “fascista” (como desdobramento do golpe), buscando analisar como a utilização do método crítico dialético tem sido o mais coerente para se fazer a leitura do real concreto e intervir mediante as tendências, que se concretizam a passados largos nesta “tragédia”, e o papel do serviço social na luta pela redemocratização do país, considerando que nossa profissão emergiu das lutas sociais, balizada pela defesa intransigente do aprofundamento da democracia e da liberdade como valor ético central.

SERVIÇO SOCIAL E CONSERVADORISMO: aproximação histórica

A presente análise está diretamente relacionada ao esforço de interpretação e reconstrução da processualidade histórica entre a profissão de Serviço Social – enquanto categoria interventiva – e o conservadorismo, visando a apreender as reais incidências para desdobramento do exercício profissional dos/as Assistentes Sociais desde sua origem até seu desenvolvimento.

O conservadorismo, pois, é parte constitutiva do processo de emergência do Serviço Social, responsável por orientar a prática dos e das assistentes sociais durante um período longo da história da profissão. Portanto, Forti (2013) explica que o Serviço Social manteve uma postura moralizante no que se refere ao trato das expressões da questão social, sobretudo porque embebido de concepções conservadoras e atuava na perspectiva de preservação da ordem burguesa.

Cumprida sua missão histórica progressista e revolucionária, a burguesia, convertida em classe dominante, deixa de representar os interesses da sociedade [...] e é levada à defesa dos seus estritos interesses particulares. O progressismo revolucionário da burguesia cede lugar a um desempenho defensivo, voltado para a manutenção das instituições sociais que criou (NETTO, 2201, p. 46).

Compreender o desenvolvimento do exercício profissional dos Assistentes Sociais enquanto resposta às inéditas características da “questão social” no contexto de capitalismo monopolista requer um resgate da fundamentação teórico-ideológica das práticas da categoria desde os seus primórdios, de modo a desvelar a relação do conservadorismo com o Serviço Social nas diversas fases do seu complexo processo evolutivo.

Essa concepção conservadora, não jogando luz sobre a estrutura societária, contribui para obscurecer para os Assistentes Sociais, durante um amplo lapso de tempo, os determinantes da “questão social” e caracterizou uma cultura profissional acrítica, sem um horizonte utópico que os impulsionasse para o questionamento e às ações consequentes em prol da construção de novos e diferentes rumos em face das diretrizes sociais postas e assumidas pela profissão (FORTI, 2013, p. 99).

É na seara do reformismo conservador, com fortes investidas da igreja católica no início dos anos 1930, para alcançar suas prerrogativas mediante o robustecimento da secularização da sociedade, que se encontram as premissas para o entendimento cristalino da aliança sociopolítica do Serviço Social com o conservadorismo, sobretudo por se tratar de uma profissão de base confessional, inserida na divisão do trabalho, que se desenvolve no interior das correlações de forças entre igreja e Estado.

Segundo Iamamoto (2013, p. 20)

O movimento de “reação católica” é respaldado em uma vasta rede de organizações difusoras de um projeto de recristianização da ordem burguesa, sob o imperativo ético do comunismo cristão, exorcizando essa ordem de seu conteúdo liberal. A igreja luta, ainda, pela sua legitimação jurídica de suas áreas de influência dentro do Estado.

A fonte do desenvolvimento do aparato técnico-científico do Serviço Social ocorre vinculada ao surgimento das escolas de Serviço Social, em 1936, em São Paulo, e em 1937, no Rio de Janeiro, que, segundo Iamamoto (2013), só foi possível através do avanço das Ciências Sociais no campo do pensamento conservador, em especial da vertente empirista norte-americana.

Destarte

O serviço Social mantém seu caráter técnico-instrumental voltado para uma ação educativa e organizativa entre o proletariado urbano, articulando – na justificativa dessa ação - o discurso humanista, calcado na filosofia aristotélico-tomista, aos princípios da teoria da modernização presente nas Ciências Sociais (IAMAMOTO, 2013, p. 24).

Os anos 1940 demarcam um período de transição no campo da influência teórico-ideológica sob o Serviço Social brasileiro, que passa das inflexões do pensamento conservador às incidências da sociologia conservadora norte-americana, priorizando a concepção de comunidade como orientadora do exercício profissional. Vale apontar que nesse contexto o projeto da ação profissional encontra-se fundado tanto no reformismo conservador quanto na filosofia aristotélico-tomista.

No interior dessa referência analítica, é necessário reafirmar que o Serviço Social se engendra no campo da reprodução das relações sociais da época e possui forte imbricação com o aparato do poder.

O Serviço Social no Brasil afirma-se como profissão, estreitamente integrado ao setor público em especial, diante da progressiva ampliação do controle e do âmbito da ação do Estado junto à sociedade civil. Vincula-se, também, a organizações patronais privadas, de caráter empresarial, dedicadas às atividades produtivas propriamente ditas e a prestação de serviços sociais à população. A profissão se consolida, então, como parte integrante do aparato estatal e de empresas privadas, e o profissional, como um assalariado a serviço das mesmas (IAMAMOTO, 2013, p. 86).

Com a progressiva institucionalização do Serviço Social, é perceptível a continuidade da lógica conservadora impetrada na prática profissional dos/as Assistentes Sociais, que se expressam inclusive nos discursos profissionais verificados na atuação através do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1942, no Serviço Social da Indústria (SESI), em 1946, nas ações desenvolvidas a partir da Fundação Leão XIII, também em 1946.

Indo além dessas instituições, cabe frisar que é no decorrer da década de 1960 que a categoria profissional passa a experimentar transformações significativas, relacionadas à lógica modernizadora da dimensão teórico-metodológico e técnico-operativo, propiciando uma redefinição, acompanhada da ampliação das funções desenvolvidas pelos/as Assistentes Sociais.

No que diz respeito às metamorfoses da prática dos/as profissionais, é imprescindível estabelecer sua conexão com o aprofundamento da ordem monopólica, criando as condições necessárias ao processo de renovação do Serviço Social, que também só ocorre sob a influência direta do movimento de reconceituação Latino-Americano.

O conservadorismo na categoria profissional, segundo Paulo Netto (2012, p. 91):

[...] se fará fortemente presente no processo de reconceituação, sobretudo por meio de duas tendências: a “perspectiva conservadora” (Netto, 1991, p. 164) e a “reatualização do conservadorismo” (Netto, 1991, p. 201). Ainda que ambas claramente finquem suas bandeiras no campo do conservadorismo, os caminhos adotados por elas são diferentes e as colocam, em determinados momentos, em oposição.

Com características bastante peculiares, voltados a nítidas contribuições com o desenvolvimento do país, atuando de maneira funcional, especialmente a modernização conservadora – em meados dos anos 1960 - no processo de manutenção e controle dos conflitos sociais oriundos da autocracia burguesa, e a perspectiva de reatualização do conservadorismo, nos anos 1970, pautado na matriz teórica fenomenológica, não desenvolve qualquer postura crítica à ordem social vigente, apresentando-se, pois, como

instrumento de manutenção. Nesse contexto, também se engendra de maneira enviesada a aproximação com a tradição marxista.

Somente nos anos 1980 é que o Serviço Social se debruça sobre estudos mais profícuos em relação à tradição marxista, criando o espaço propício para o desdobramento de posturas críticas, atreladas à esquerda, e de forte resistência à ordem ditatorial da burguesia. Nesse sentido, o Serviço Social brasileiro adentrou na terceira perspectiva que constitui o processo de renovação, a intenção de ruptura, que propõe através do método crítico-dialético a leitura concreta da realidade concreta, pautada em contextualização e análise histórica.

Assim, a teoria social de Marx é assumida como direção teórica da profissão, hegemonicamente. O contexto nacional é de abertura política e redemocratização, o que impulsiona a profissão em direção ao rompimento com vertentes teóricas conservadoras, vislumbrando o repensar de suas bases teórico-metodológicas e de sua direção ético-política.

Há então um claro posicionamento profissional no interior da luta de classes, com elaborações teóricas e intervenções políticas comprometidas com os interesses da classe trabalhadora e com os processos emancipatórios na perspectiva de uma sociedade igualitária, tornando-se, assim, imprescindível o papel do serviço social na defesa dos direitos, sobretudo através da materialização de políticas públicas de caráter universal (considerando os limites da ordem capitalista, que é incapaz de responder à emancipação humana) (GOMES, 2013).

Deste processo histórico de construção coletiva (com direção das entidades da categoria) resultou o Projeto ético político da profissão, como um projeto não apenas profissional, mas também de sociedade, materializado através da Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93) e nas diretrizes curriculares aprovadas pela ABEPSS (1996).

Desta feita, os espaços sócio-ocupacionais devem ser permeados por estratégias técnico-políticas que concretizem princípios centrais, como o Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens

e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática, entre outros princípios fundamentais (CFESS, 1993).

SERVIÇO SOCIAL, GOLPE INSTITUCIONAL E A ASCENÇÃO DE BOLSONARO: DESAFIOS AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

A partir dos anos 1980, o mundo mergulha na reestruturação produtiva e, com isso, no contexto de desenvolvimento do capitalismo maduro, com a adoção de medidas complexificadas para a maximização do lucro, em detrimento do aumento exponencial da exploração da força de trabalho, as relações sociais e suas mais diversas nuances igual se intrincam. A conjuntura de crise do capital (1970), reestruturação produtiva, mundialização do capital, apontam para a prática discursiva da necessidade de redução do papel Estado, com a implementação posterior de perspectiva restritiva.

As transformações do capital em sua complexidade, e as conseqüentes mudanças no âmbito da cultura e da política e as inovações tecnológicas, trouxeram à tona questionamentos acerca da validade do referencial teórico marxista. A crise de paradigmas estaria relacionada às teorias sociais ou metanarrativas, relacionando-as à insuficiência no que concerne a explicar os fenômenos sociais, na contemporaneidade.

O foco no individual, no efêmero, no subjetivo permearia a totalidade da vida social, na perspectivas pós-moderna. Esta visão fragmentada da realidade social corresponde em real proporção às necessidades do capitalismo contemporâneo, arrefecendo a crítica teórica e as ações políticas.

Para enfrentar ideologicamente as tensões sociais decorrentes da ofensiva neoliberal, no contexto da crise mundial do capitalismo dos anos 1970, o conservadorismo se reatualizou, incorporando princípios econômicos do neoliberalismo, sem abrir mão do seu ideário e do seu modo específico de compreender a realidade. O neoconservadorismo apresenta-se, então, como forma dominante de apologia conservadora da ordem capitalista, combatendo o Estado social e os direitos sociais, almejando uma sociedade sem restrições ao mercado, reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais (BARROCO, p. 623-624, 2015).

No Brasil³, os anos 1980 foram fortemente marcados pela luta contra a ditadura militar e pela articulação dos movimentos sociais frente ao processo de redemocratização do país. Seguiu-se daí a Constituição Federal, que conforme MOTA (2012) garantiu

³ Importante compreender o Brasil mediante traços de um capitalismo hipertardio e dependente e seus rebatimentos na política, cultura e economia. (Ver FERNANDES, 2009)

relevantes direitos sociais e um novo paradigma de gestão das Políticas Sociais e controle social. Contudo, a década vindoura trouxe consigo a ofensiva Neoliberal, com medidas privatizantes e flexibilização dos direitos previstos na Carta Magna.

Segundo Behring (2003), o governo de Fernando Henrique Cardoso apresentou traços marcantes da ofensiva contrarreformista⁴, com apelo ao mercado internacional e as agências internacionais de crédito. O contexto reflete o aprofundamento das desigualdades sociais, concentração de renda, desemprego estrutural e redução dos gastos sociais. O receituário é bem conhecido: privatizações, abertura da economia e desregulamentação do Estado.

O evencer do Serviço Social tradicional perpassaria a perspectiva modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura, sendo esta última a que sinalizaria efetivamente esta erosão, conforme assinalamos⁵. O encontro efetivo com o marxismo proporcionou não apenas outra maneira de enxergar o real concreto, mas também o desenvolvimento de prática pautada na perspectiva da totalidade social, contrapondo-se ao avançar da ofensiva neoliberal e neoconservadora.

No âmbito da profissão, esta década fora marcada pela instituição Código de Ética profissional (1993); A Lei que Regulamenta a Profissão nº 8.662 (1993), as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS (1996) - projeto ético político, que apresentavam o compromisso profissional com uma das classes fundamentais, a classe trabalhadora.

Em sentido mais amplo, estes avanços se confrontavam ao paradigma neoliberal, implementando posteriormente a instituição da constituição federal.

O caráter conservador do projeto neoliberal se expressa, de um lado, na naturalização do ordenamento capitalista e das desigualdades sociais a ele inerentes tidas como inevitáveis, obscurecendo a presença viva dos sujeitos sociais coletivos e suas lutas na construção da história; e, de outro lado, em um retrocesso histórico condensado no desmonte das conquistas sociais acumuladas, resultantes de embates históricos das classes trabalhadoras, consubstanciadas nos direitos sociais universais de cidadania, que têm no Estado uma mediação fundamental. As conquistas sociais acumuladas são transformadas em "problemas ou dificuldades", causa de "gastos sociais excedentes", que se encontrariam na raiz da crise fiscal dos Estados (IAMAMOTO, 2009, p. 2).

⁴ Coutinho (2012, p 121), ao considerar uma *época neoliberal*, afirma que, ao contrário de uma *revolução passiva*, este momento é atravessado por *contrarreformas*. Havendo entre estes diferenças relevantes a serem consideradas, pois "enquanto na primeira certamente existem "restaurações", mas que "acolhem uma certa parte das exigências que vinha de baixo", como diz Gramsci, na segunda é preponderante não o momento do novo, mas precisamente o do velho."

⁵ O serviço social brasileiro surge para tratar da questão social, buscando novos caminhos a partir da década de 1960, afastando-se do conservadorismo. Deve-se atentar para a relevância da historicidade, compreendendo o serviço social na história.

Trata-se da atualização do conservadorismo em contexto do capitalismo contemporâneo, refletindo a materialização da exploração, da dominação e da desigualdade, onde a acumulação capitalista alicerça bases para a reprodução social da barbárie⁶.

No Brasil, os anos 2000 foram marcados pela chegada do Partido dos trabalhadores à Presidência da República. Para Paccola e Alves (2019, p. 270),

Sem romper com os alicerces fundamentais do modelo neoliberal, durante os mais de 13 anos em que esteve no governo, o PT passou gradativamente a aglutinar as disputas entre duas correntes, o neoliberalismo, que permaneceu como projeto hegemônico na política brasileira, mas que passou a conviver com uma política menos rígida aos seus fundamentos.

Mesmo sem romper com o paradigma neoliberal, o governo passa a permear no Programa de Governo políticas econômicas e sociais que não eram visualizadas em seus antecessores (BOITO JR, 2013)⁷. Esta seria a resultante das correlações de força que impulsionaria duplo redirecionamento da política nacional

[...] primeiro por vincular ao programa neoliberal uma rede de proteção social com intuito de reduzir os altos índices de miséria e pobreza enfrentados pelo país e uma política de expansão da renda que, apesar do ritmo ameno, se mostrou constante. E segundo, por beneficiar através da política econômica, outros setores da burguesia, neste caso nacional, que obtiveram ganhos significativos com esta política, entre eles os setores produtivos como a indústria, o agronegócio exportador, o setor petrolífero entre outros Paccola e Alves, 2019, p. 272).

Boschetti (2016), no contexto dos governos petistas, se refere à ampliação da assistência social, com vista a garantir o consumo e enfrentar a crise econômica, ou seja, garantir a reprodução ampliada do capital. O Brasil assistia, em 2010, 12 milhões de famílias com Programas de transferência de renda.

As diversas políticas sociais refletiam o esvaziamento nas mais diversas políticas, como na previdência social, com redução dos valores dos benefícios e a dificuldade no acesso ao direito; na assistência social, a adoção de condicionalidades dilacerantes e a redução dos valores dos benefícios; e no trabalho, a ampliação de empregos precários e de grande rotatividade⁸, a fragilização das relações trabalhistas e de acesso aos direitos trabalhistas.

⁶ Trata-se da era dos monopólios, de padrão toyotista, que promove a substituição do *trabalho vivo* por *trabalho morto*, arremessando a força de trabalho a precarização efetiva.

⁷ Dessa forma, caminhou-se no sentido da redução da taxa básica de juros, apesar dessa manter-se em níveis anacrônicos com a economia nacional, da participação ativa do Estado na indução de investimentos, principalmente em setores de infraestrutura e da implantação de políticas protecionistas para o mercado interno. Caminho que foi aprofundado no mandato de Dilma Rousseff a partir de 2011 (Paccola e Alves, 2019).

⁸ No âmbito do trabalho, segundo dados do DIEESE (2015), o Brasil é fortemente marcado pelo emprego de curta duração, que reflete outro indicador da flexibilidade contratual de trabalho. Entre os anos de 2002 e 2013, cerca de 45% dos desligamentos aconteceram com menos de seis meses de vigência do contrato de trabalho.

AS FACES DO RETORNO À ORTODOXIA NEOLIBERAL: o avanço da direita e a vitória de Bolsonaro

O avançar da *nova direita* tem reflexos e rebatimentos intensos no curso da política e da economia nacional. Melo (2016) refere-se a uma situação política diversa daquela no início do século XX, não havendo no contexto hodierno uma revolução socialista no horizonte, o que deslegitimaria a necessidade de uma *revolução passiva*. Existe, pois, uma atualização do capitalismo fortemente marcada pela lógica do capital fictício, reestruturação produtiva e novos modelos de regulação social.

O golpe⁹ de 2016 significou o aprofundamento da retração de direitos¹⁰ em todos os âmbitos no Brasil. *Uma Ponte para o Futuro*, documento apresentado pelo Partido do então Vice Presidente da República, apresentava os interesses do mercado para o conjunto da vida social. Ao governo golpista interessava o *vis-à-vis* entre o Brasil e o retorno do liberalismo e do conservadorismo.

A proposta era de redução de gastos sociais para fins de equilíbrio das contas públicas. O ajuste fiscal permanente seria necessário para garantir o crescimento econômico. Das medidas adotadas, a redução de Ministérios estratégicos fora a primeira, seguidas por aprovação do aumento da DRU, a aprovação de Emenda à Constituição nº 55 - que congela os investimentos nas políticas por 20 anos; a contrarreforma trabalhista, e a propagação da necessidade da contrarreforma da previdência, prostrada por estratégias do “governo”, mediante “resistência” da Câmara Federal, em grande medida em virtude do processo eleitoral vindouro.

No âmbito da profissão, presencia-se a intensificação do trabalho, a redução de direitos do trabalho, subcontratações e hierarquizações exacerbadas. O conservadorismo aponta para o serviço social a modernização de velhas práticas, já há muito abandonadas pela profissão, prezando pelo abandono da ontologia e da perspectiva da totalidade, não apenas visando à fragmentação teórica, mas sobretudo na perspectiva interventiva, visando a torná-la acrítica e a-histórica, com fulcro ao não vislumbre da essência do real e às possibilidades de transformação.

O arrocho fiscal, as contrarreformas, a retração de direitos passam a ser pautados a passos largos, sem necessariamente apoquentar a burguesia nacional. A Receita para este Governo Burguês e golpista para maximizar o lucro de poucos brasileiros e muitos

⁹ Importante mencionar o papel do Poder Judiciário neste processo e os questionamentos sobre a possível insegurança jurídica que circundam o Golpe institucional no Brasil.

estrangeiros é terceirização e contrarreformas trabalhista e previdenciária. A revogação da CLT era algo desejado há vários quartos de século, pela “burguesia dependente”, que sempre esteve como espectro do Estado Brasileiro.

Sobre o trabalho intermitente, este é o mais rentável, antes do trabalho escravo. As empresas podem contratar um funcionário para trabalhar esporadicamente e pagá-lo apenas pelo período em que prestou seus serviços. Nesta modalidade de contrato, o/a trabalhadora só trabalha e recebe remuneração quando “chamado” pela empresa, não havendo garantia de jornada mínima e de renda mínima.

Ao término da *Ponte para o futuro*, chegamos a um governo ainda mais conservador. As eleições que levaram Jair Bolsonaro ao poder refletem a conjuntura na qual estamos inseridos/as. O contexto histórico é adverso às conquistas sociais e ao serviço social.

A contrarreforma da previdência encontra-se em curso, com Medida Provisória nº 871. Fora anunciada a pretensão de “economizar” R\$ 9,8 bilhões em 12 (doze) meses. Trata-se de revisão de benefícios, como auxílio doença e aposentadoria por invalidez; mudanças nas regras de acesso aos benefícios previdenciários; revisões dos benefícios de prestação continuada para idosos e pessoas com deficiência; alterações para benefícios rurais; Inscrição de Segurados na Dívida ativa e quebra de sigilo bancário.

De maneira espaiada, de forma difusa, mas planejada, vão se aprofundando as retrações de direitos por todas as políticas. A Funai (Fundação Nacional do Índio) passou a ser vinculada ao Ministério da mulher, família e direitos humanos, não podendo mais demarcar terras (que se encontra a cargo do Ministério da Agricultura). A Liberação do porte de armas, por decreto, retirando a responsabilidade do Estado no concernente à segurança e transferindo-a à sociedade; a privatização de estatais, mesmo com veto do Congresso (Eletrobras); fim da política de valorização real do salário mínimo. Devemos refletir ainda sobre o exponencial aumento do número de crimes de ódio; a *militarização* das relações sociais; a defesa intransigente da propriedade privada e a criminalização dos movimentos sociais.

Neste contexto, em defesa do Projeto Ético e Político Profissional e dos direitos conquistados pela classe trabalhadora, os assistentes sociais travaram árdua batalha na luta contra o fascismo, ao autoritarismo e às diversas formas opressão. Deve-se reconhecer a profissão como fruto de resistência histórica, com compromisso ético-político acerca das demandas da classe trabalhadora. O fortalecimento de um projeto profissional crítico consolida o exercício profissional com respaldo ético, reiterando sempre a defesa pela democracia e pelos direitos humanos.

A luta de classes nos traz sempre grandiosos desafios na busca por um novo paradigma de sociabilidade. A emergência faz-se presente para que o serviço social se organize e articule-se nos mais diversos âmbitos - academia, sindicatos, movimentos sociais - promovendo o reafirmar não apenas de seu projeto profissional (fruto do nosso amadurecimento intelectual e da produção do conhecimento com base crítica), mas da direção classista que aponte para uma nova sociabilidade, traduzida não apenas na emancipação política, mas, sobretudo, humana.

CONCLUSÃO

A análise do social deve se pautar na unidade teórica de forma articulada, direcionada sempre pela perspectiva da totalidade. As formulações devem ter lastro na historicidade e no tratamento do real concreto em sua concreticidade. A orientação pautada no marxismo perpassa a ontologia, reproduzindo com fidelidade o movimento do real, rompendo com a pseudoconcreticidade.

Se assim entendemos o serviço social como resultante do desenvolvimento capitalista, refletiu ao longo da história aspectos deste paradigma, em prospecções de manutenção, avanços críticos e retornos conservadores, e o refletir destas múltiplas possibilidades coexistindo, com hegemonia diversa em períodos dissímeis.

O emergir da profissão alicerçada no pensamento conservador e as transformações em direção a uma perspectiva crítica refletem o fulcro da profissão ao longo do século pretérito. No último quarto deste, a criticidade se choca com a implementação do paradigma neoliberal, confrontando-se com este ao tempo em que institui seu código de ética, a lei que regulamenta a profissão, as diretrizes curriculares, consolidado o Projeto Ético-político.

O compromisso assumido com a classe trabalhadora e a materialização através da efetiva articulação das dimensões ético-políticas, teórico-metodológica e técnico-operativa, defronta-se com a perspectiva fragmentária, superficial e essencialista. A crise estrutural do capital trouxe consigo conflitos para a profissão. O desmonte dos direitos sociais conquistados no pós 1980 foram paulatinamente cassados. Ao serviço social, foram impostas soluções pragmáticas, que visavam à imediaticidade da resolução dos prolatados problemas sociais, de forma individualizada, fragmentada, superficial, no âmbito da essência/aparência, elementos estes tão caros à pós-modernidade.

Dos governos neoliberais, neodesenvolvimentista e golpista/fascista, o resultante à profissão foi a necessidade real de resistência e manutenção da perspectiva crítica, frente a estes paradigmas. É fundamental reconhecer que o conservadorismo sempre esteve presente na trajetória profissional e que a luta pela hegemonia profissional permeia a

história. O contexto hodierno não difere das conjunturas históricas diversas - talvez apenas em proporção e abrangência.

O golpe institucional sofrido pelo Brasil e a eleição de Bolsonaro reafirma-nos a necessidade de aprofundamento crítico. As estratégias de desmobilização social e esvaziamento das políticas sociais estão expostas. A defesa não apenas do Projeto Profissional, mas o ratificar do Projeto Societário que aponte para uma nova sociabilidade, reverbera sujeitos ativos, não por um imperativo essencialista, mas ontológico-prático, e o serviço social é fundamental nesta travessia.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lúcia S. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e serviço social. *Revista Serviço social e sociedade*, São Paulo, n. 124, 2015.

BEHRING, Elaine. *Brasil em contra reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.

BOSCHETTI, Ivanete. *Assistência Social e trabalho no capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Código de Ética Profissional do Assistente Social*. Brasília: CFESS, 1993.

_____. *Regulamentação da profissão de Assistente Social*. Lei nº. 8662, jun, 1993.

ESCORSIM NETTO, Leila. *Conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica*. São Paulo: Cortez, 2011.

FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

FORTI, V. *Ética, crime e loucura: reflexões sobre a dimensão ética no trabalho profissional*. 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

GOMES, Cláudia. *Em busca do Consenso: Radicalidade democrática e afirmação de Direitos. Tendências contemporâneas no Serviço Social / Cláudia Gomes*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. *Relações sociais e serviço social no Brasil – Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 38. Ed. São Paulo: Cortez/CELTAS, 1982.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *O Serviço Social na contemporaneidade; trabalho e formação profissional*. 24. Ed. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. As Dimensões Ético-Políticas e Teórico-Methodológicas no Serviço Social contemporâneo. MOTA, Ana Elizabeth e et al. (org) In: *Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional*. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. *Renovação e conservadorismo no serviço social – ensaios críticos*. 13. Ed. São Paulo: Cortez, 1992.

MOTA, Ana Elizabeth. Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político para o serviço social brasileiro. In: Mota, Ana Elizabeth. *Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e redução das desigualdades*. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, Escorsim Leila. *O conservadorismo clássico: elementos da caracterização crítica*. São Paulo: Cortez, 2011.

PACCOLA, Marco Antonio Bestetti; ALVES, Giovanni Antonio Pinto. *Neodesenvolvimentismo, neoliberalismo e a correlação de forças nos governos Lula e Dilma*. In Revista PLURAL - Revista de Ciências Sociais (USP), n. 25, 269-289, 2019.

PAULO NETTO, José. *Ditadura de Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, Josiane Soares. *Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social Brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2007.